

2020

Demonstrações Contábeis e Notas Explicativas





SUMÁRIO

1.	APRESENTAÇÃO	3
2.	INFORMAÇÕES GERAIS – CONTEXTO OPERACIONAL.....	3
3.	RESUMO DAS POLÍTICAS CONTÁBEIS	5
3.1.	Base para a preparação das demonstrações contábeis e notas explicativas	5
3.2.	Principais Critérios e Políticas Contábeis.....	5
3.2.1.	Principais critérios contábeis.....	6
3.2.1.1.	Reconhecimento de Ativos.....	6
3.2.1.2.	Reconhecimento de Passivos	7
3.2.1.3.	Reconhecimento de Receitas	8
3.2.1.4.	Reconhecimento de Despesas.....	8
3.2.2.	Principais Mudanças nas Práticas e Procedimentos Contábeis	8
4.	CONFORMIDADE CONTÁBIL DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS	10
5.	DECLARAÇÃO DA CONTADORA	11
6.	DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS.....	11
6.1.	Balanço Patrimonial.....	12
6.2.	Demonstração das Variações Patrimoniais	13
6.3.	Balanço Orçamentário	14
6.4.	Balanço Financeiro.....	15
6.5.	Demonstração do Fluxo de Caixas.....	16
7.	NOTAS EXPLICATIVAS DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS	17
7.1.	Balanço patrimonial.....	17
7.1.1.	Ativo	17
7.1.2.	Passivo	26
7.1.3.	Patrimônio Líquido	28
7.2.	Demonstração das variações patrimoniais	30
7.2.1.	Variações Patrimoniais Aumentativas.....	30
7.2.2.	Variações Patrimoniais Diminutivas	31
8.	OUTRAS INFORMAÇÕES RELEVANTES.....	34



1. APRESENTAÇÃO

A Coordenadoria de Finanças e Contabilidade, subordinada à Secretaria de Orçamento, Finanças e Contabilidade, responsável pelo levantamento das Demonstrações Contábeis, cumpre o seu dever constitucional e normativo de dar transparência à sociedade através do presente Relatório Contábil, o qual é parte integrante do Relatório de Gestão do Exercício de 2020.

Esta peça procura desenvolver uma análise mais detalhada das informações contábeis apresentadas naquele relatório. Busca o uso de uma linguagem de fácil entendimento a todos os cidadãos, dos vários segmentos da sociedade em conjunto com o aprimoramento na apresentação das Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis.

Revela que, em que pese a crise instaurada em 2020 por conta da pandemia Covid-19, corrobora com o Excelentíssimo Senhor Desembargador Tito Campos de Paula, ao final de sua Mensagem onde afirma que no Relatório de Gestão do Exercício de 2020: *"apresenta-se o resultado de um trabalho sério e dedicado, que superou desafios e entregou à sociedade sua materialização: a realização de eleições dentro dos protocolos de segurança sanitária, garantindo o exercício da cidadania e a supremacia da soberania popular."*

As Demonstrações Contábeis de 2020 são as que mais se aproximam de um valor patrimonial justo para o TRE-PR, pois reflete o fruto do trabalho desenvolvido por toda uma equipe de servidores comprometidos, zelosos e atentos às mudanças advindas da convergência das normas contábeis, normas do Tribunal de Contas da União e a evolução da sociedade como um todo.

2. INFORMAÇÕES GERAIS – CONTEXTO OPERACIONAL

O Tribunal Regional Eleitoral do Paraná (TRE-PR) é um órgão público federal, pertencente a um ramo especializado do Poder Judiciário (Justiça Eleitoral). Sua principal finalidade é organizar e realizar eleições, referendos e plebiscitos no Estado do Paraná, garantindo aos candidatos e eleitores o pleno exercício dos direitos políticos.

Além da sede do Tribunal, localizada na Rua: João Parolin, 224 em Curitiba, capital do Estado, a Justiça Eleitoral do Paraná conta com 186 Zonas Eleitorais, distribuídas em 158 (cento e cinqüenta e oito) municípios. Cada Zona Eleitoral é responsável pelo atendimento de 1 ou mais municípios.

Informações sobre as unidades do Tribunal podem ser obtidas em <https://www.tre-pr.jus.br/transparencia-e-prestacao-de-contas/acesso-a-informacao/enderecos-e-unidades-tre-pr> e sobre as Zonas em <https://www.tre-pr.jus.br/eleitor/zonas-eleitorais/zonas-eleitorais-tre-pr>.

As principais atividades operacionais são: organização e realização de eleições, referendos e plebiscitos; Manutenção do cadastro eleitoral atualizado; processamento e julgamento das Eleições Gerais, dos pedidos de registro de candidatura relativos aos cargos de Governador e Vice- Governador, Senador, Deputado Federal, Deputado Estadual e das ações relativas às Eleições Gerais e ações de competência originária; processamento e julgamento das Eleições Municipais, pelos Juízes Eleitorais, dos pedidos de registro de candidatura relativos aos cargos de Prefeito, Vice-Prefeito e Vereador e demais ações relativas às Eleições Municipais; processamento e julgamento das Prestações de Contas apresentadas pelos partidos políticos e candidatos; e processamento e julgamento dos crimes eleitorais e comuns que lhe forem conexos, ressalvadas a competência originária do Tribunal Superior Eleitoral.



A missão institucional é a de garantir a legitimidade do processo eleitoral e a efetiva prestação jurisdicional, a fim de fortalecer a democracia.

Tem como visão institucional consolidar a credibilidade da Justiça Eleitoral, especialmente quanto à efetividade, transparência e segurança, em todas as suas atividades.

Principais destinatários são:

- **Eleitores:** 7.988.648 eleitores – o que corresponde a 5,486% de todo eleitorado nacional –, sendo o sexto Estado em número de eleitores no país (<https://www.tse.jus.br/eleitor/estatisticas-de-eleitorado/evolucao-do-eleitorado/view>)
- **Partidos Políticos:** 32 órgãos estaduais vigentes registrados perante o TRE-PR (13 provisórios e 19 definitivos) e 5.140 órgãos municipais vigentes (4401 provisórios, 737 definitivos e 02 comissões interventoras).
- **Sociedade:** atingida por diversas ações desenvolvidas pela Justiça Eleitoral, voltadas especialmente à promoção da conscientização política e ao fortalecimento da democracia.

A Alta Administração é formada pela Presidência, Vice-Presidência (Corregedoria Regional Eleitoral) e Diretoria-Geral.

- **Presidência e Vice-Presidência:** são exercidas por Juízes integrantes da categoria de Desembargador, eleitos por voto secreto dos Juízes do Tribunal de Justiça do Paraná, em até (60) dias antes do término dos mandatos vigentes, pelo período de dois (dois) anos, sendo vedada a reeleição. Ao Vice-Presidente compete exercer, cumulativamente, as funções de Corregedor.
- **Diretoria-Geral:** tratando-se de cargo em comissão, a nomeação compete ao Presidente do Tribunal.

As principais normas reguladoras da atuação do TRE-PR são o Regimento Interno do Tribunal (Resolução TRE-PR nº 792/2017, alterada pelas Resoluções TRE-PR nº 808/2018 e 846/2019), o Regulamento da Secretaria (Resolução TRE-PR nº 860/2020), o Código de Normas (Provimento CRE/PR nº 02/2018, alterado pelos provimentos 06 e 07/2018 e 03 e 04/2019) e o Programa de Integridade (Resolução nº 845/2019). As normas podem ser acessadas em <https://www.tre-pr.jus.br>, aba legislação. No exercício de suas atividades, o TRE-PR ainda observa normativos expedidos pelo Conselho Nacional de Justiça (CNJ), pelo Tribunal Superior Eleitoral (TSE) e Tribunal de Contas da União (TCU) a Lei nº 8.112/1990 para a contratação de seus servidores, a lei nº 8.666/1993 e a Lei nº 10.520/2002 (pregão eletrônico) para contratação de seus fornecedores, a Lei nº 4.320/1964 para suas finanças.



3. RESUMO DAS POLÍTICAS CONTÁBEIS

3.1. Base para a preparação das demonstrações contábeis e notas explicativas

A contabilidade tem como objetivo a geração de informações de qualidade capazes de satisfazer os usuários no processo de tomada de decisão. No caso da contabilidade aplicada ao setor público, esse objetivo vai além e está intimamente ligado ao conceito *accountability* - prestação de contas e responsabilização, daqueles que administram o patrimônio público.

As demonstrações contábeis são a representação estruturada da situação patrimonial, financeira e do desempenho da entidade. No setor público devem proporcionar informação útil para subsidiar a tomada de decisão e a prestação de contas e responsabilização da entidade quanto aos recursos que lhe foram confiados, fornecendo informações sobre as fontes, as alocações e os usos de recursos financeiros, de como a entidade financiou suas atividades e como supriu suas necessidades de caixa. Também são úteis na avaliação da capacidade da entidade financeirar suas atividades e cumprir com suas obrigações e compromissos.

As demonstrações contábeis são organizadas e elaboradas em consonância com os dispositivos da Lei nº 4.320/1964, do Decreto-Lei nº 200/1967, do Decreto nº 93.872/1986, da Lei nº 10.180/2001, e da Lei Complementar nº 101/2000.

Os procedimentos adotados na formação de valor das demonstrações contábeis orientam-se pelas Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público – NBC TSP, Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público – Mcasp 8ª Edição, no Plano de Contas da União – Pcasp, nos Manuais disponibilizados pela Secretaria do Tesouro Nacional, as chamadas Macrofunções, Portarias expedidas pela Secretaria do Tesouro Nacional e/ou pela Secretaria de Orçamento e Finanças, Orientações da Setorial Contábil do TSE. São executados com zelo e cautela necessários objetivando assegurar a integridade, fidedignidade e confiabilidade das informações constantes no Sistema Integrado de Administração Financeira (SIAFI).

As demonstrações contábeis exigidas para o TRE-PR são:

- Balanço Orçamentário: compara os valores orçados com os valores realizados decorrentes da execução do orçamento.
- Balanço Financeiro: evidencia as receitas e despesas orçamentárias, bem como os ingressos e dispêndios extra-orçamentários, conjugados com os saldos de caixa do exercício anterior e os que se transferem para o início do exercício seguinte.
- Balanço Patrimonial: evidencia os ativos e passivos do órgão.
- Demonstração das Variações Patrimoniais: demonstra o resultado patrimonial do período, fruto do confronto das variações patrimoniais aumentativas (receitas) com as variações patrimoniais diminutivas (despesas).

3.2. Principais Critérios e Políticas Contábeis

As Demonstrações Contábeis foram elaboradas em conformidade com os Princípios Contábeis, a Lei nº 4.320/64, Lei Complementar nº 101/2000, Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público – NBCTSP e outras normas (leis, decretos e portarias) vigentes e seguindo as diretrizes contábeis e orçamentárias estabelecidas no Manual de Contabilidade 8ª edição.

As práticas contábeis adotadas estão estruturadas, organizadas e escrituradas tendo como base o Plano de Contas Aplicado ao Setor Público – PCASP Federação, que estabelece os conceitos básicos, as regras para registros dos atos e fatos, a estrutura contábil padronizada e é aplicado a todos os Tribunais Eleitorais.



3.2.1. Principais critérios contábeis

Quando mais de uma base de mensuração é utilizada na elaboração das demonstrações se faz necessário o esclarecimento dos critérios e o julgamento de suas aplicações quando os montantes afetaram e de que forma as demonstrações.

3.2.1.1. Reconhecimento de Ativos

Os Ativos são classificados em CIRCULANTE e NÃO CIRCULANTE de acordo com a expectativa de realização e são reconhecidos como Ativos os recursos controlados pela entidade como resultado de eventos passados e do qual se espera que resultem para a entidade benefícios econômicos futuros ou potencial de serviços. Os aspectos de reconhecimento e mensuração estão em conformidade com o disposto na NBC TSP Estrutura Conceitual (Conceptual Framework) e as demais NBC TSP aprovadas e publicadas pelo Conselho Federal de Contabilidade – CFC.

- **Disponibilidades**: são mensuradas pelo valor original, em moeda nacional.
- **Créditos e valores a receber**: são mensuradas pelo valor original, em moeda nacional. Para valores a receber referentes aos adiantamentos de auxílio alimentação e auxílio transporte são reconhecidos como despesa pelo regime de competência.
- **Estoques**: é composto pelos materiais adquiridos, enquanto não utilizados, para a destinação específica. São mensurados pelo valor original, incluem todos os custos de aquisição e o método para mensuração e avaliação das saídas é o custo médio ponderado, conforme o inciso III, art. 106 da Lei nº. 4.320/64 e NBC TSP 04/2016.
- **Despesas pagas antecipadamente**: Os valores pagos antecipadamente com a aquisição assinaturas de jornais, revistas, periódicos, contratação de seguros para veículos e imóveis e contratação de serviços técnicos de tecnologia da informação e subscrição de sistemas, são registrados observando os princípios da competência e oportunidade por seu valor original e referem-se às aplicações de recursos em pagamentos de despesas antecipadas, cujos benefícios ou prestação de serviço ao TRE ocorrerão durante o exercício de 2021 e serão reconhecidas à medida que incorridas ou realizadas.
- **Imobilizado**: O ativo imobilizado é reconhecido inicialmente com base no valor de aquisição, ou construção, sendo atualizado por: ajustes de Depreciação, Amortização e Reavaliação conforme característica do bem. O Valor Líquido Contábil do Imobilizado é o valor do bem registrado na Contabilidade, em determinada data, deduzido da correspondente depreciação ou amortização. Os registros estão em consonância com a Norma Brasileira de Contabilidade (NBC TSP) – 07 – Ativo Imobilizado.
 - Bens Móveis: Os bens móveis do ativo imobilizado são depreciados, em observância ao estabelecido nas normas de contabilidade e no Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público - MCASP da Secretaria do Tesouro Nacional e seus respectivos valores contabilizados mensalmente durante o exercício. A metodologia de cálculo para o registro da depreciação no patrimônio é o de quotas constantes, calculadas sobre valores compatíveis com a vida útil do bem, em percentuais aplicados uniformemente, reconhecida no resultado como variação patrimonial diminutiva, e, no balanço patrimonial, representada em conta redutora do ativo não-circulante. No ano de 2020 houve a atualização do valor patrimonial das urnas eletrônicas em conformidade aos valores apresentados no Ofício-Circular GAB-DG nº 179/2020 expedido pelo TSE, com vistas à equiparação, nos TRE's, da base de cálculo da depreciação mensal.
 - Bens Imóveis: Os bens imóveis do ativo imobilizado dividem-se em duas categorias:
 - 1) Registrados no Spiunet: tiveram o cadastramento inicial realizado pela Secretaria de Patrimônio da União (SPU) a qual não se aproveita do custo efetivo da construção da



obra, pois se utiliza de parâmetros próprios de avaliação e análise de preço em seus registros. A reavaliação ou atualização dos valores destes imóveis é realizada a partir do sistema Spiunet mediante o preenchimento de informações pela Coordenadoria de Material e Patrimônio com base nos parâmetros de mercado e do sistema.

- 2) Não registrados no Spiunet: estão demonstrados pelo custo histórico efetivo da construção da obra. No ano de 2020 em decorrência de sugestão do Tribunal de Contas da União e em cumprimento à deliberação da Secretaria de Orçamento, Finanças e Contabilidade - Secofc e Secretaria de Auditoria Interna- Secaudi do TRE-PR, conjugadas com orientações da Seção de Auditoria e Governança do TRE-PR e Setorial Contábil do Tribunal Superior Eleitoral – TSE e ainda a Macrofunção 02.03.44, Mcasp 8º edição e Pcasp, com vistas à evidenciação patrimonial e transparência das informações foram efetuados os registros extemporâneo de incorporação dos terrenos recebidos em doação em contrapartida à conta de Ajustes de Exercícios Anteriores afetando de forma aumentativa o Ativo e o Patrimônio Líquido.
- **Depreciação:** A metodologia de cálculo para o registro da depreciação no patrimônio é de quotas constantes, calculadas sobre valores compatíveis com a vida útil do bem, em percentuais aplicados uniformemente, reconhecida no resultado como variação patrimonial diminutiva, e, no balanço patrimonial, representada em conta redutora do ativo não-circulante. A depreciação dos bens móveis é calculada pelo sistema Asiweb cujos valores são lançados no sistema Siafi pela Seção de Gestão do Patrimônio e a depreciação dos bens imóveis é calculada mensalmente pela Secretaria do Patrimônio da União e lançada automaticamente pelo sistema Spiunet no Siafi.
 - **Intangíveis:** Os bens intangíveis, em decorrência da Orientação SOF/TSE Nº 12/2019e da Auditoria de Gestão de Ativos, foram revisados em sua totalidade e reclassificados, baixados ou incorporados pela Seção de Gestão Patrimônio a partir de informações prestadas pela Secretaria de Tecnologia da Informação. Desta forma cumpriram-se integralmente as exigências das NBC TSP 08 Ativo Intangível, de 22 de setembro de 2017. NBC T 16.9 Depreciação, Amortização e Exaustão (Resolução CFC 1.136, de 21 de novembro de 2008) e NBC T 16.10 Avaliação e Mensuração de Ativos e Passivos em Entidades do Setor Público (Resolução CFC n 1.137, de 21 de novembro de 2008, itens 32 a 34) International Public Sector Accounting Standard IPSAS 31 Intangible Assets.
 - **Amortização:** Em decorrência da Orientação SOF/TSE Nº 12/2019e da Auditoria de Gestão de Ativos, os bens intangíveis foram revisados em sua totalidade e reclassificados, baixados ou incorporados pela Seção de Gestão do Patrimônio a partir de informações prestadas pela Secretaria de Tecnologia da Informação. Por consequência foi implantada a amortização dos intangíveis com adoção da metodologia de cálculo por cotas constantes calculadas sobre valores compatíveis com a vida útil dos softwares, informada pelas áreas técnicas competentes deste Tribunal, em percentuais aplicados uniformemente, reconhecida no resultado como variação patrimonial diminutiva, e, no Balanço Patrimonial, representada em conta redutora do Ativo Não Circulante. Para a amortização acumulada de exercícios anteriores procedeu-se o registro em conta de “Ajustes de Exercícios Anteriores” no Patrimônio Líquido.

3.2.1.2. Reconhecimento de Passivos

A classificação se dá pela exigibilidade das obrigações, sendo dividido em CIRCULANTE e NÃO CIRCULANTE. Passivos, são obrigações presentes da entidade, derivadas de eventos passados, cujos pagamentos se esperam que resultem para a entidade saídas de recursos capazes de gerar benefícios econômicos ou potencial de serviços.

- **Passivos circulantes:** são reconhecidos pelo regime de competência, com base de mensuração pelo valor histórico e estão classificados em passivos circulantes e passivos não circulantes em obediência ao prazo de 12 meses de exigibilidade.



- Gratificação natalina: os duodécimos de gratificação natalina obedecem às orientações contidas na Macrofunção 02.11.42 – Folha de Pagamento e a Orientação Sof/TSE nº 10/2018.
- Férias: os duodécimos de férias obedecem às orientações contidas na Macrofunção 02.11.42 – Folha de Pagamento e a Orientação Sof/TSE nº 10/2018.
- Passivo anterior: o reconhecimento de passivos oriundos de despesas sem dotação orçamentária são registrados, impreterivelmente, com expressa autorização do Ordenador de Despesas do reconhecimento de dívida, lançadas em conta de passivo anterior com ISF P e a despesa realizada somente após comprovada, e suficiente, a disponibilidade de dotação orçamentária para atendê-la, sendo vedada a adoção de qualquer procedimento que viabilize a sua realização sem observar a referida disponibilidade.
- Ajustes de Exercícios Anteriores: são registrados em decorrência de efeitos da mudança de política contábil para os ativos intangíveis, retificação de erro imputável a exercícios anteriores pela omissão do registro dos Terrenos recebidos em doação e estão relacionados às despesas orçamentárias com elemento de despesa 92 utilizado no orçamento do exercício corrente.

3.2.1.3. Reconhecimento de Receitas

O Tribunal Regional Eleitoral do Paraná não tem fonte própria de receita. Suas despesas são liquidadas utilizando-se de sub-repasses financeiros efetuados mensalmente pelo Tribunal Superior Eleitoral.

As receitas advindas de recolhimento de multas eleitorais sejam por eleitores e/ou partidos políticos são registradas em conta específica e por procedimento automático, imediatamente, repassados ao Fundo Partidário tendo em vista a regra previamente estabelecida no sistema SIAFI. Portanto possuem registros na contabilidade, mas não se somam às disponibilidades do órgão.

3.2.1.4. Reconhecimento de Despesas

As Despesas são escrituradas e registradas sob dois aspectos:

- aspecto patrimonial: se utiliza como critério para o reconhecimento das despesas o impacto da situação líquida patrimonial, sendo efetiva aquela despesa que altera a situação líquida do patrimônio, diminuindo-o como é o caso das despesas correntes ou despesa para fins contábeis, baseado no princípio contábil da Competência e Oportunidade. E não efetiva aquela despesa que não altera a situação líquida patrimonial a exemplo de despesas que representam a incorporação de um Ativo como é o caso das despesas de capital.
- aspecto orçamentário: o critério de escrituração e registro das despesas ou dispêndios orçamentários, como são chamados, obedece ao art. 35 II da Lei nº. 4.320/64: Pertencem ao Exercício Financeiro: II - As despesas nele empenhadas.

Restos a Pagar (RP): Sob o aspecto orçamentário o ato de emissão do empenho constitui a despesa orçamentária gerando os registros contábeis correspondentes para o seu reconhecimento. Para efeito do encerramento do exercício financeiro é considerada a definição de pertencimento ao exercício de competência da despesa para apropriação e classificação da despesa, identificando as regras que estabelecem a apuração das despesas que serão pagas no exercício seguinte

3.2.2. Principais Mudanças nas Práticas e Procedimentos Contábeis

No ano de 2020, em comparação aos critérios contábeis adotados em exercícios anteriores ocorreram mudanças nas práticas e procedimentos contábeis os quais produziram informações fidedignas e relevantes sobre os efeitos das transações e acerca da posição e resultado patrimonial.

Em decorrência da Orientação SOF/TSE Nº 12/2019 e da Auditoria de Gestão de Ativos, ocorreram



inúmeras reuniões nas quais se consolidou o entendimento de que, a depender da empresa, serviços contratados como aquisição de licenças de softwares referem-se na prática à subscrição de sistemas ou serviços de suporte os quais se contratados como despesas de custeio serão tratados como despesas pagas antecipadamente, com acionamento de cronograma de realização de despesas no momento da liquidação das notas fiscais.

No ano de 2020 em decorrência de sugestionamento do Tribunal de Contas da União e em cumprimento à deliberação da Secretaria de Orçamento, Finanças e Contabilidade – Secofc e Secretaria de Auditoria Interna- Secaudi do TRE-PR, conjugadas com orientações da Seção de Auditoria e Governança do TRE-PR e Setorial Contábil do Tribunal Superior Eleitoral – TSE e ainda a Macrofunção 02.03.44, Mcasp 8ª edição e Pcasp, com vistas à evidenciação patrimonial e transparência das informações foram efetuados registros extemporâneos de incorporações dos terrenos onde foram construídos os Fóruns Eleitorais. Os terrenos foram recebidos pelo TRE-PR em forma de doação pelas Prefeituras dos municípios onde foram instalados os Fóruns. Os valores foram levados à conta específica no Imobilizado em contrapartida à conta de Ajustes de Exercícios Anteriores afetando de forma aumentativa e direta o Ativo e o Patrimônio Líquido.

Em decorrência da Orientação SOF/TSE Nº 12/2019 e da Auditoria de Gestão de Ativos, os bens intangíveis foram revisados em sua totalidade e reclassificados, baixados ou incorporados pela Seção de Gestão do Patrimônio a partir de informações prestadas pela Secretaria de Tecnologia da Informação. Desta forma cumpriu-se integralmente as exigências das NBC TSP 08 Ativo Intangível, de 22 de setembro de 2017. NBC T 16.9 Depreciação, Amortização e Exaustão (Resolução CFC 1.136, de 21 de novembro de 2008) e NBC T 16.10 Avaliação e Mensuração de Ativos e Passivos em Entidades do Setor Público (Resolução CFC n 1.137, de 21 de novembro de 2008, itens 32 a 34) International Public Sector Accounting Standard IPSAS 31 Intangible Assets.

Em decorrência de questionamentos internos, referentes à transformação de bens adquiridos como despesa de capital para material de consumo, foram abertos Processos Administrativos Digitais para análise pormenorizada dos itens e após reuniões entre as áreas envolvidas e emissão de pareceres técnicos efetivou-se o entendimento da possibilidade de execução do pedido inicial. Desta forma os itens que doravante serão adquiridos como despesa de custeio e consequentemente levados à conta de variação patrimonial diminutiva são: persianas, cortinas e similares (Pad 310/2020), Toldos laterais em rolô (Pad 386/2020) e componentes de informática tipo SSD (Pad 1399/2020). Observa-se que persianas e toldos foram enquadrados nos critérios de durabilidade e fragilidade conforme o item 4.6.1.1 – letras a e b do Mcasp 8ª Edição, à exceção de produtos denominados como “toldos para cobertura em policarbonato” os quais permanecerão sendo adquiridos como despesa de capital por suas características não se enquadrarem nas possibilidades descritas no item 4.6.1.1 do Mcasp 8ª Edição. Para os componentes de informática tipo SSD aceitou-se o critério da incorporabilidade como inclidente para material de consumo.



4. CONFORMIDADE CONTÁBIL DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

O Tribunal Regional Eleitoral do Paraná registra os lançamentos contábeis apenas de sua Unidade Gestora a UG 070019 e exerce função de Setorial Contábil. A responsabilidade pela análise e validação das Demonstrações Contábeis fica a cargo da Coordenadoria de Finanças e Contabilidade, vinculada à Secretaria de Orçamento Finanças e Contabilidade, cuja titular é a servidora Cecília Maria Wosch Crisóstimo (Analista Judiciária – Área Administrativa). As atribuições da Coordenadoria estão previstas no art. 91 da Resolução 829/2019 (<http://www.tre-pr.jus.br/legislacao/resolucoes-do-tre-pr/resolucoes-tre-pr>).

A responsável pelo registro da conformidade contábil desde 15/10/14 é Angela Cristiane Sosnowski Cardoso (CRC/PR 032635/O-4). A servidora, lotada na Coordenadoria de Finanças e Contabilidade, ocupa o cargo de Analista Judiciária – Especialidade Contabilidade.

Os procedimentos adotados pelo TRE-PR baseiam-se nos Princípios e Normas Contábeis aplicáveis ao setor público, no Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público – 8º edição, no Plano de Contas da União, nos Manuais disponibilizados pela Secretaria do Tesouro Nacional, as chamadas Macrofunções. “Todas as atividades, têm como objetivo assegurar a integridade, fidedignidade e confiabilidade das informações constantes no Sistema Integrado de Administração Financeira (SIAFI).”

Durante o ano de 2020 as atividades contábeis estiveram focadas principalmente no atendimento de demandas advindas da publicação da Instrução Normativa nº 84 de 22/04/2020 expedida pelo Tribunal de Contas da União.

Todas as ações derivadas da IN nº 84 – TCU foram coordenadas pela Seção de Auditoria e Governança que através Pad 12.743/2020 solicitou informações aos setores competentes as quais culminaram em registros contábeis de incorporações, desincorporações e reclassificações.

Por consequência deste movimento iniciado pelo Tribunal de Contas da União ocorreram reflexos nas Demonstrações Contábeis. Dentre os reflexos os relevantes são:

- a) Incorporação do valor dos terrenos recebidos em doação para a construção dos 156 Fóruns Eleitorais;
- b) Reclassificação de obras em andamento para conta de edificações;
- c) Reclassificação total da conta de Imóveis a Registrar para conta de Edifícios (sem registro no Spiunet);
- d) Incorporações, desincorporações e reclassificações de softwares com vida útil definida e vida útil indefinida;
- e) Apropriação da amortização acumulada de softwares incorporados e softwares reclassificados como de vida útil definida;
- f) Incorporação de passivo relativo à licença prêmio, que poderá ser convertida em pecúnia, dos servidores que cumpriram os requisitos para aposentadoria.

Desta forma as Demonstrações Contábeis referente ao exercício de 2020, refletem, nos seus aspectos mais relevantes, a situação orçamentária, financeira e patrimonial do Tribunal Eleitoral do Paraná – TRE-PR: todos os ativos, passivos e elementos do patrimônio líquido registrados existem e são da entidade; todos os eventos registrados ocorreram; foram registrados todos os eventos que deveriam estar registrados bem como Ativos, Passivos e Patrimônio Líquido; os direitos e obrigações: são todos controlados; ativos, passivos e itens do patrimônio líquido estão incluídos nas demonstrações contábeis nos valores apropriados e quaisquer ajustes resultantes de valorização e alocação estão adequadamente registrados; os eventos estão registrados em contas corretas; não há inconsistências ou desequilíbrios nas Demonstrações Contábeis; não há contas contábeis com saldo invertido e não há restrições nos dias em que ocorreram lançamentos contábeis em que a UG registrou a conformidade de registros de gestão; não há inconsistências que comprometam a qualidade das informações contábeis, observadas as orientações,



os instrumentos de análise disponíveis no SIAFI e outros mecanismos colocados à disposição dos contadores da Coordenadoria de Finanças e Contabilidade – CFIC.

5. DECLARAÇÃO DA CONTADORA

DECLARAÇÃO DA CONTADORA			
Denominação completa (UJ)		Código da UG	
Tribunal Regional Eleitoral do Paraná		070019	
Esta declaração refere-se às demonstrações contábeis e suas notas explicativas de 31 de dezembro de 2020 da Unidade Gestora 070019.			
Esta declaração reflete a conformidade contábil das demonstrações contábeis encerradas em 31 de dezembro de 2020 e é pautada na Macrofunção 020315 – Conformidade Contábil presente no Manual SIAFI – Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal.			
As demonstrações contábeis, Balanço Patrimonial, Demonstração de Variações Patrimoniais, Demonstração de Fluxo de Caixa, Balanço Orçamentário, Balanço Financeiro e suas notas explicativas, encerradas em 31 de dezembro de 2020, estão, em todos os aspectos relevantes, de acordo com a Lei 4.320/64, o Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público e o Manual SIAFI.			
Local	Curitiba	Data	28/02/2020
Contadora Responsável	Angela Cristiane Sosnowski Cardoso	CRC nº	PR -032635/O-4

6. DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

As demonstrações contábeis foram elaboradas observando as normas contábeis vigentes no Brasil, quais sejam: Lei nº 4.320/64, Lei Complementar nº 101/2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal), Normas Brasileiras de Contabilidade Técnicas do Setor Público (NBC TSP), Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público, 8ª ed.– MCASP e Manual Siafi. São elas:

Balanço Patrimonial: evidencia ativos e passivos do órgão.

Demonstração das Variações Patrimoniais: demonstra o resultado patrimonial do período, fruto do confronto das variações patrimoniais aumentativas (receitas) com as variações patrimoniais diminutivas (despesas).

Balanço Orçamentário: compara os valores orçados com os valores realizados decorrentes da execução do orçamento.

Balanço Financeiro: evidencia as receitas e despesas orçamentárias, bem como os ingressos e dispêndios extraorçamentários, conjugados com os saldos de caixa do exercício anterior e os que se transferem para o início do exercício seguinte.

6.1. Balanço Patrimonial

BALANÇO PATRIMONIAL EM REAIS									
ATIVO	NE	2020	2019	AH	PASSIVO	NE	2020	2019	AH
CIRCULANTE					CIRCULANTE				
Caixa e Equivalentes de Caixa	1	217.290,84	498.360,88	-56,40%	Obrigações Trabalhistas Curto Prazo	9	19.802.526,82	13.166.260,84	51,14%
Demais Créditos e Valores a Curto Prazo	2	1.024.292,89	1.231.670,92	-16,84%	Fornecedores e contas a Curto Prazo		19.674.586,51	13.017.870,74	-
Estoques	3	3.323.183,96	3.265.443,90	1,77%	Demais Obrigações a Curto Prazo	10	126.756,27	148.390,10	-14,58%
Despesas Pagas Antecipadamente	4	1.644.939,48	514.009,89	220,02%					
NÃO CIRCULANTE		285.033.130,07	228.557.262,29		NÃO CIRCULANTE		6.305,60	6.305,60	
Imobilizado	5	281.613.074,52	221.629.488,99		Demais Obrigações a Longo Prazo		6.305,60	6.305,60	0,00%
Bens Móveis	6	90.788.938,08	119.094.617,98	-23,77%					
(-) Depreciação Acumulada Bens Móveis		(54.790.036,77)	80.329.407,86	-31,79%					
Bens Imóveis	7	247.107.269,13	184.346.813,99	34,04%	PATRIMÔNIO LÍQUIDO		271.434.004,82	220.894.181,44	22,88%
(-) Depreciação Acumulada Bens Imóveis		(1.493.095,92)	1.482.535,12	0,71%	Resultado do Exercício	11	13.347.643,11	(1.450.357,55)	-1020,30%
Intangível		3.420.055,55	6.927.773,30		Resultados de Exercícios Anteriores		220.894.181,44	222.600.317,59	-0,77%
Softwares	8	5.947.185,75	6.927.773,30	-14,15%	Ajustes de Exercícios Anteriores	12	37.192.180,27	(255.778,60)	-14640,77%
(-) Amortização Acumulada Softwares		(2.527.130,20)							
TOTAL DO ATIVO		291.242.837,24	234.066.747,88	24,43%	TOTAL DO PASSIVO		291.242.837,24	234.066.747,88	24,43%

QUADRO DE ATIVOS E PASSIVOS FINANCEIROS E PERMANENTES					
ATIVO			PASSIVO		
ESPECIFICAÇÃO	2020	2019	ESPECIFICAÇÃO	2020	2019
ATIVO FINANCEIRO	217.290,34	498.360,88	PASSIVO FINANCEIRO	5.926.661,49	2.883.442,86
ATIVO PERMANENTE	291.025.546,40	233.568.387,00	PASSIVO PERMANENTE	19.674.586,51	12.663.203,30
			SALDO PATRIMONIAL	265.641.589,24	218.520.101,72

QUADRO DE COMPENSAÇÕES					
ATIVO			PASSIVO		
ESPECIFICAÇÃO	2020	2019	ESPECIFICAÇÃO	2020	2019
ESPECIFICAÇÃO / Saldo dos Atos Potenciais Ativos			ESPECIFICAÇÃO / Saldo dos Atos Potenciais Passivos		
SALDO DOS ATOS POTENCIAIS ATIVOS	2.821.126,04	2.495.789,31	SALDO DOS ATOS POTENCIAIS PASSIVOS	60.991.268,89	56.829.617,26
Atos Potenciais Ativos	2.821.126,04	2.495.789,31	Atos Potenciais Passivos	60.991.268,89	56.829.617,26
Garantias e Contragarantias Recebidas a Executar	2.753.772,96	2.425.225,51	Garantias e Contragarantias Concedidas a Executar		-
Direitos Contratuais a Executar	67.353,08	70.563,80	Obrigações Contratuais a Executar	60.991.268,89	56.829.617,26
TOTAL	2.821.126,04	2.495.789,31	TOTAL	60.991.268,89	56.829.617,26

DEMONSTRATIVO DO SUPERÁVIT/DÉFICIT FINANCEIRO APURADO NO BALANÇO PATRIMONIAL			
DESTINAÇÃO DE RECURSOS		SUPERAVIT/DEFICIT FINANCEIRO	
Recursos Ordinários		(5.203.645,42)	
Recursos Vinculados		(505.725,23)	
Previdência Social (RPPS)		(880,00)	
Outros Recursos Vinculados a Fundos, Órgãos e Programas		(504.845,23)	
TOTAL		(5.709.370,65)	



6.2. Demonstração das Variações Patrimoniais

DEMONSTRAÇÕES DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS - TODOS OS ORÇAMENTOS			
VARIAÇÕES PATRIMONIAIS QUANTITATIVAS			
	NE	2020	2019
VARIAÇÕES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS		424.331.897,32	378.306.480,10
Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria			529,63
Taxas		-	529,63
Exploração e Venda de Bens, Serviços e Direitos		3.989,16	15.720,04
Exploração de Bens, Direitos e Prestação de Serviços		3.989,16	15.720,04
Variações Patrimoniais Aumentativas Financeiras		2.804,01	0,78
Juros e Encargos de Mora		2.804,01	0,78
Transferências e Delegações Recebidas		405.198.397,49	349.280.268,27
Transferências Intragovernamentais		381.389.527,49	349.018.313,59
Outras Transferências e Delegações Recebidas	13	13.808.870,00	261.954,68
Valorização e Ganhos c/ Ativos e Desincorporação de Passivos		14.572.544,47	24.694.770,67
Reavaliação de Ativos	14	13.835.201,77	24.583.636,08
Ganhos com Incorporação de Ativos	15	736.645,11	103.811,02
Ganhos com Desincorporação de Passivos		697,60	7.323,57
Outras Variações Patrimoniais Aumentativas		4.554.162,19	4.315.190,71
Diversas Variações Patrimoniais Aumentativas	16	4.554.162,19	4.315.190,71
Multas código eleitoral			3.859.413,53
Outras		4.554.162,19	455.777,18
VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS		410.984.254,21	379.756.837,65
Pessoal e Encargos	17	279.944.316,40	252.633.133,06
Remuneração a Pessoal		229.627.496,43	209.292.234,30
Encargos Patronais		38.808.389,22	32.047.092,28
Benefícios a Pessoal		11.508.430,75	11.285.016,48
Outras Var. Patrimoniais Diminutivas - Pessoal e Encargos		-	8.790,00
Benefícios Previdenciários e Assistenciais		52.966.738,59	52.859.497,32
Aposentadorias e Reformas		43.051.223,41	42.535.102,50
Pensões		9.848.276,42	10.169.512,12
Outros Benefícios Previdenciários e Assistenciais		67.238,76	154.882,70
Uso de Bens, Serviços e Consumo de Capital Fixo		69.919.845,41	51.734.691,85
Uso de Material de Consumo	18	5.226.695,58	1.830.275,01
Serviços	19	53.000.251,05	39.284.809,21
Depreciação, Amortização e Exaustão		11.692.898,78	10.619.607,63
Variações Patrimoniais Diminutivas Financeiras		57.475,20	1.472,70
Juros e Encargos de Mora		1.910,25	1.434,05
Descontos Financeiros Concedidos	20	55.564,95	38,65
Transferências e Delegações Concedidas		5.414.321,44	5.349.876,28
Transferências Intragovernamentais	21	4.534.599,85	4.952.931,06
Outras Transferências e Delegações Concedidas		879.721,59	396.945,22
Desvalorização e Perda de Ativos e Incorporação de Passivos		2.282.758,43	16.534.650,50
Reavaliação, Redução a Valor Recuperável e Ajustes p/ Perdas	22	560.000,00	15.503.457,83
Perdas Involuntárias		42.011,48	17.219,96
Incorporação de Passivos		-	48.331,39
Desincorporação de Ativos	23	1.680.746,95	965.641,32
Tributárias		77.254,18	79.689,69
Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria		7.701,08	11.557,16
Contribuições		69.553,10	68.132,53
Outras Variações Patrimoniais Diminutivas		321.544,56	563.826,25
Premiações		-	-
Diversas Variações Patrimoniais Diminutivas	24	321.544,56	563.826,25
RESULTADO PATRIMONIAL DO PERÍODO	25	13.347.643,11	- 1.450.357,55

6.3. Balanço Orçamentário
BALANÇO ORÇAMENTÁRIO

RECEITA						
RECEITAS ORÇAMENTÁRIAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA		RECEITAS REALIZADAS	SALDO	
DEFÍCIT				394.951.041,92	394.951.041,92	

DESPESA						
DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS	DESPESAS LIQUIDADAS	DESPESAS PAGAS	SALDO DA DOTAÇÃO
DESPESAS CORRENTES	335.556.450,00	353.141.893,00	386.529.643,27	381.151.568,91	381.113.895,53	(33.387.750,27)
Pessoal e Encargos Sociais	286.983.895,00	304.399.852,00	315.963.337,42	313.494.031,51	313.494.031,51	(11.563.485,42)
Outras Despesas Correntes	48.572.555,00	48.742.041,00	70.566.305,85	67.657.537,40	67.619.864,02	(21.824.264,85)
DESPESAS DE CAPITAL	2.400.000,00	8.431.620,00	8.421.398,65	8.006.123,39	8.006.123,39	10.221,35
Investimentos	2.400.000,00	8.431.620,00	8.421.398,65	8.006.123,39	8.006.123,39	10.221,35
RESERVA DE CONTINGÊNCIA	296.009,00					
TOTAL	338.252.459,00	361.573.513,00	394.951.041,92	389.157.692,30	389.120.018,92	(33.377.528,92)

ANEXO 1 - DEMONSTRATIVO DE EXECUÇÃO DOS RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS

DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS	INSCRITOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES	INSCRITOS EM 31 DE DEZEMBRO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	LIQUIDADOS	PAGOS	CANCELADOS	SALDO
DESPESAS CORRENTES	32.354,56	1.664.301,75	1.546.032,75	1.514.970,76	150.623,56	31.061,99
Pessoal e Encargos Sociais	-	527.689,62	513.898,86	513.898,86	13.790,76	-
Outras Despesas Correntes	-	1.136.612,13	1.032.133,89	1.001.071,90	136.832,80	31.061,99
DESPESAS DE CAPITAL	346.912,78	685.178,07	916.959,26	916.959,26	115.131,59	-
Investimentos	346.912,78	685.178,07	916.959,26	916.959,26	115.131,59	-
TOTAL	379.267,34	2.349.479,82	2.462.992,01	2.431.930,02	265.755,15	31.061,99

ANEXO 2 - DEMONSTRATIVO DE EXECUÇÃO RESTOS A PAGAR PROCESSADOS E NAO PROCESSADOS LIQUIDADOS

DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS	INSCRITOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES	INSCRITOS EM 31 DE DEZEMBRO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	PAGOS	CANCELADOS	SALDO
DESPESAS CORRENTES		120.155,21	72.171,95	697,60	47.285,66
Outras Despesas Correntes		120.155,21	72.171,95	697,60	47.285,66
DESPESAS DE CAPITAL		11.270,00	11.270,00	-	-
Investimentos		11.270,00	11.270,00	-	-
TOTAL		131.425,21	83.441,95	607,60	47.285,66



6.4. Balanço Financeiro

BALANÇO FINANCEIRO EM REAIS		
INGRESSOS	2020	2019
ESPECIFICAÇÃO		
Transferências Financeiras Recebidas	391.388.868,24	348.839.170,71
Resultantes da Execução Orçamentária	389.212.698,30	348.335.907,11
Sub-repasso Recebido	389.212.698,30	348.335.907,11
Independentes da Execução Orçamentária	2.176.169,94	503.263,60
Transferências Recebidas para Pagamento de RP	2.116.246,14	497.760,13
Demais Transferências Recebidas	1.388,50	2.628,90
Movimentação de Saldos Patrimoniais	58.535,30	2.874,57
Recebimentos Extraorçamentários	10.660.866,62	7.142.039,11
Inscrição dos Restos a Pagar Processados	37.673,38	131.425,21
Inscrição dos Restos a Pagar Não Processados	5.793.349,62	2.349.479,82
Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados	293.114,70	150.595,71
Outros Recebimentos Extraorçamentários	4.536.728,92	4.510.538,37
Arrecadação de Outra Unidade	4.505.372,86	4.331.395,49
Demais Recebimentos	31.356,06	179.142,88
Saldo do Exercício Anterior	498.360,88	4.497.526,13
Caixa e Equivalentes de Caixa	498.360,88	4.497.526,13
TOTAL	402.548.095,74	360.478.735,95
DISPÊNDIOS		
ESPECIFICAÇÃO	2020	2019
Despesas Orçamentárias	394.951.041,92	349.641.190,81
Ordinárias	331.325.332,69	301.873.762,49
Vinculadas	63.625.709,23	47.767.428,32
Seguridade Social (Exceto Previdência)	6.708.368,00	
Previdência Social (RPPS)	51.764.711,23	47.767.428,32
Outros Recursos Vinculados a Fundos, Órgãos e Programas	5.152.630,00	
Transferências Financeiras Concedidas	4.565.296,66	4.952.931,06
Independentes da Execução Orçamentária	4.565.296,66	4.952.931,06
Transferências Concedidas para Pagamento de RP		616.032,10
Movimento de Saldos Patrimoniais	4.565.296,66	4.336.898,96
Pagamentos Extraorçamentários	2.814.466,32	5.386.253,20
Pagamento dos Restos a Pagar Processados	83.441,95	88.212,33
Pagamento dos Restos a Pagar Não Processados	2.431.930,02	5.155.404,00
Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados	299.094,35	142.636,87
Saldo para o Exercício Seguinte	217.290,84	498.360,88
Caixa e Equivalentes de Caixa	217.290,84	498.360,88
TOTAL	402.548.095,74	360.478.735,95



6.5. Demonstração do Fluxo de Caixas

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA		
	2020	2019
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS	8.653.282,61	3.117.592,36
INGRESSOS	396.218.711,86	353.500.304,79
Outros Ingressos Operacionais	396.218.711,86	353.500.304,79
Ingressos Extraorçamentários	293.114,70	150.595,71
Transferências Financeiras Recebidas	391.388.868,24	348.839.170,71
Arrecadação de Outra Unidade	4.505.372,86	4.331.395,49
Demais Recebimentos	31.356,06	179.142,88
DESEMBOLSOS	384.565.429,25	-350.382.712,43
Pessoal e Demais Despesas	344.932.655,32	-314.024.680,71
Judiciário	291.837.692,07	-261.224.860,49
Previdência Social	53.094.963,25	-52.799.820,22
Transferências Concedidas	37.768.382,92	-31.262.463,79
Intragovernamentais	37.768.382,92	-31.262.463,79
Outros Desembolsos Operacionais	4.864.391,01	- 5.095.567,93
Dispêndios Extraorçamentários	299.094,35	-142.636,87
Transferências Financeiras Concedidas	4.565.296,66	-4.952.931,06
		2019
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO	2020	- 7.116.757,61
DESEMBOLSOS	8.934.352,65	- 7.116.757,61
Aquisição de Ativo Não Circulante	8.335.417,65	-6.406.118,79
Outros Desembolsos de Investimentos	598.935,00	-710.638,82
		2019
GERAÇÃO LÍQUIDA DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	281.070,04	- 3.999.165,25
CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA INICIAL	498.360,88	4.497.526,13
CAIXA E EQUIVALENTE DE CAIXA FINAL	217.280,84	498.360,88



7. NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

As notas explicativas são parte integrante das Demonstrações contábeis. Apresentam uma gama de informações adicionais que as demonstrações por si só não revelam. Compreendem as informações sobre os principais fatores relacionados ao desempenho e aos resultados do órgão durante o exercício e as premissas que os corroboram sendo evidenciadas pelo contexto da entidade e seu ambiente operacional.

No setor público passaram a ser exigidas a partir do processo de convergência da Contabilidade Aplicada ao Setor Público aos padrões internacionais por meio da NBC T 16.6, em 2008, que as definiu como parte integrante das demonstrações à medida que trazem informações adicionais relevantes, complementares ou suplementares às DCASP.

As notas explicativas têm como objetivo facilitar a compreensão das demonstrações contábeis pelos usuários da informação e da sociedade de forma geral, para que ocorra o entendimento, no contexto adequado, das informações orçamentárias, financeiras, patrimoniais, legais, fiscais, sociais e de desempenho.

7.1. BALANÇO PATRIMONIAL

O Balanço Patrimonial é a demonstração contábil que evidencia, qualitativa e quantitativamente, a situação patrimonial do TRE-PR por meio de contas representativas do patrimônio público, bem como os atos potenciais que podem impactar a maior ou a menor no patrimônio as quais são registrados em contas de compensação (natureza de informação de controle).

7.1.1. Ativo

Nota 01 - Caixa e Equivalente de Caixa

Compõe-se do somatório dos valores em caixa e equivalentes, que representam recursos com livre movimentação para aplicação nas operações da entidade e para os quais não haja restrições para uso imediato.

Caixa e Equivalentes		
Ano	2020	2019
Limite de saque com vinculação pagamento	208.046,62	489.116,66
Demais contas - Caixa Econômica Federal	9.244,22	9.244,22
Total	217.290,84	498.360,88

O saldo do limite de saque com vinculação de pagamentos refere-se a recursos advindos de sub-repasses enviados pelo Tribunal Superior Eleitoral. Os recursos são recebidos pelo TRE-PR conforme programação financeira enviada mensalmente pela Coordenadoria de Finanças e Contabilidade ao Órgão Superior e são divididas por fonte, ou seja, para cada forma de pagamento há uma vinculação com o recurso que será utilizado.



Caixa e Equivalentes - por Fonte de Recursos		
Ano	2020	2019
Fonte 0100 - Recursos Primários livres aplicação	200.000,00	471.040,39
Fonte 0127 - Custas Judiciais	-	4.050,00
Fonte 0190 - Recursos Diversos	17.290,84	23.270,49
Total	217.290,84	498.360,88

Os valores constantes na fonte 0100 serão utilizados, durante o ano de 2021, para, entre outros, efetivarem o pagamento dos Restos a Pagar Processados; os recursos da fonte 0190 referem-se a valores de folha de pagamento devolvidos por Bancos em 26/12 em função da não localização de contas correntes de servidores removidos e/ou aposentados quando do pagamento de banco de horas de períodos eleitorais anteriores.

Compondo o saldo total estão os equivalentes de caixa referentes às cauções depositadas em garantia à cessão de uso do restaurante do TRE-PR e ao contrato de empresa especializada em assessoria às planilhas de formação de custos. Os valores são geridos pela Caixa Econômica Federal e não se confundem com os do TRE, pois serão resgatados pelos contratados após o término da vigência de seus contratos.

Nota 02 - Demais créditos e valores a curto prazo

Representam valores relativos a adiantamentos de auxílio alimentação, auxílio transporte e antecipação de salários de janeiro de 2021 de servidores em períodos de férias os quais serão descontados em folha de pagamento. É resultante dos registros contábeis de apropriações das folhas de pagamentos em atendimento à Macrofunção 021142 – Folha de Pagamento. Seu decréscimo 16,93% em relação ao ano de 2019 relaciona-se à quantidade de servidores que optaram pelo adiantamento salarial vez que não há reajustes.

Demais créditos e valores a curto prazo			
Ano	2020	2019	AH%
Adiantamentos concedidos	1.019.399,25	1.227.154,41	-16,93%
Outros créditos a receber a curto prazo	4.893,64	4.516,51	8,35%
Total	1.024.292,89	1.231.670,92	-16,84%

Nota 03 – Estoques

Referem-se a valores de materiais adquiridos com a finalidade de utilização própria durante o curso normal das atividades, mas que ainda não foram utilizados ou tiveram destinação específica. São mensurados pelo valor original, incluem todos os custos de aquisição e o método para mensuração e avaliação das saídas é o custo médio ponderado, conforme o inciso III, art. 106 da Lei nº. 4.320/64 e NBC TSP 04/2016.

Os saldos das contas contábeis do SIAFI são confrontados mensalmente com os valores do Relatório de Movimentação de Materiais de Almoxarifado – RMMA expedido pela Seção de Gestão de Material de Consumo o que garante a confiabilidade e abrangência dos saldos, pois eventuais inconsistências são regularizadas antes do fechamento do mês contábil no sistema SIAFI.

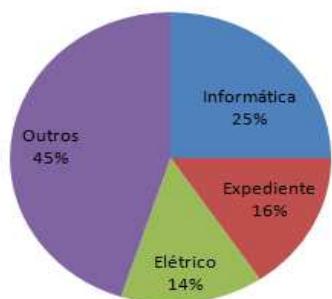


Item de consumo	Bens em Estoque			
	2020	2019	AV	AH
Combust. e Lubrific. Automotivos	9,00	18,00	0,00%	-50,00%
Combust. e Lubrific. p/ Outras Finalidades	70,47	196,19	0,00%	-64,08%
Gêneros de alimentação	28.255,58	12,51	0,85%	225763,95%
Material químico		13,90	0,00%	-100,00%
Material de Expediente	519.832,40	448.718,75	15,64%	15,85%
Material de Proces. de Dados	829.595,59	756.077,21	24,96%	9,72%
Material de Acondic. e Embalagem	355.897,19	361.311,25	10,71%	-1,50%
Material de Copo e Cozinha	76.854,89	65.141,69	2,31%	17,98%
Material de Limpeza e Higiene	199.543,67	337.441,98	6,00%	-40,87%
Uniformes, tecidos e aviamentos	20.461,80	31.298,47	0,62%	-34,62%
Mat. p/ manutenção de bens imóveis	169.978,34	115.443,67	5,11%	47,24%
Mat. p/ manutenção de bens móveis	131.391,50	108.087,30	3,95%	21,56%
Material elétrico e eletrônico	478.095,36	611.144,25	14,39%	-21,77%
Material de proteção e segurança	312.810,24	240.562,88	9,41%	30,03%
Material para áudio, vídeo e foto	57.540,81	15.300,07	1,73%	276,08%
Material para comunicação	2.627,09	2.757,09	0,08%	-4,72%
Material de Utilização em gráfica	92.331,81	93.088,42	2,78%	-0,81%
Ferramentas	3.701,88	5.315,79	0,11%	-30,36%
Material de sinalização visual	26.321,30	56.843,06	0,79%	-53,69%
Material técnico p/seleção e treinamento	3.341,92	2.274,81	0,10%	46,91%
Bandeiras, flâmulas e insígnias	14.523,12	14.396,61	0,44%	0,88%
Total	3.323.183,96	3.265.443,90	100,00%	

O saldo contábil em 31/12/2020 representa o quantitativo de materiais de consumo que estão disponíveis para utilização no próximo exercício.

Os itens de relevância em estoque são relativos a bens de consumo para fazer frente às necessidades das áreas de informática, pequenas manutenções e materiais de expediente para utilização dos servidores. Por exemplo: pen drive, compact flash, canetas esferográficas, papel A4, lâmpadas em Led 8W e 18W entre outros.

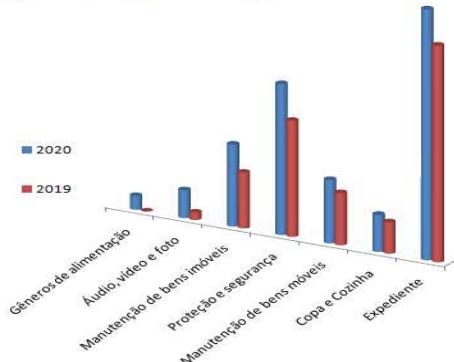
**Material de consumo em estoque
31/12/2020**





A movimentação dos itens de estoque ou seja as entradas e saídas, ocorrem conforme as solicitações dos Fóruns e Secretarias do Tribunal. Comparando 2020 com 2019 observa-se aumento do saldo de estoque em 2020. Ocorre que nos anos eleitorais, por conta de todos os procedimentos inerentes às eleições, as aquisições aumentam para suprir o pleito e podem ocorrer sobras de materiais, inclusive pela devolução do que não foi utilizado.

Comparativo de saldos - 2020 / 2019



Excepcionalmente no ano de 2020, em decorrência da Pandemia Covid19 e para auxiliar na segurança sanitária do processo eleitoral da eleições municipais, o TRE-PR recebeu em doação itens como: máscaras descartáveis, máscaras tipo faceshield, álcool em gel 70% entre outros, os quais foram distribuídos entre os Fóruns Eleitorais, Sede Administrativa para utilização de todos os que participaram da preparação do processo e/ou nos dias de pleitos. Foram recebidos ao todo R\$ 2.009.830,29 em materiais sendo que R\$ 1.982.418,79 foram consumidos entre 06/10 a 30/11 de 2020. Os R\$ 27.411,50 restantes, referentes à máscaras descartáveis, foram reclassificados contabilmente para serem consumidos internamente.

Material Consumo - Estoque interno - para distribuição gratuita

Empresa	Item doado	Qtdade	Valor
Klabin AS	Face Shild	117.855	70.644,89
Fundação Itau	Máscaras descartáveis	479.187	464.811,39
Senai - Departamento Regional de São Paulo	Cartazes para locais de votação	38.407	6.008,71
Federação brasileira de Bancos	Adesivos de piso - mantenha distância	101.084	87.943,08
Companhia Nacional de Alcool	Álcool Etílico 70 INPM 500 ml	22.068	24.656,00
Ambev AS	Álcool gel 70% para mãos 215 ml	115.836	231.672,00
Copanha nacional de Alcool	Álcool gel 70% para mãos 400 g	106.454	798.230,96
Departamento de logística em saúde	Máscaras descartáveis	151.700	325.863,26
Total recebido em doação			2.009.830,29
Total distribuído para o utilização na eleição			(1.982.418,79)
Total transferido para consumo interno			(27.411,50)
Total estoque interno para distribuição gratuita			(0,00)

Detalhamento e movimentação de entradas e saídas das aquisições de matérias de consumo poderão ser consultadas em: [Bens Móveis — Tribunal Regional Eleitoral do Paraná](#)

Nota 04 – Despesas pagas antecipadamente

Compreende pagamentos de variações patrimoniais diminutivas (VPD) de forma antecipada, cujos benefícios ou prestação de serviços à entidade ocorrerão em meses subseqüentes. As despesas são reconhecidas pelo regime de competência de forma automática pelo sistema SIAFI a partir de cronograma de realização incluso em documento hábil no momento da liquidação da despesa.



Variações Diminutivas pagas antecipadamente			
Ano	2020	2019	AH
Prêmios de seguros a apropriar	48.740,34	49.655,40	-1,84%
Assinaturas e anuidade a apropriar	441.084,23	464.354,49	-5,01%
VPD de Serviços pagos antecipadamente	1.155.114,91		
Total	1.644.939,48	514.009,89	220,02%

Para o ano de 2020 o incremento de 220,02% em relação ao ano de 2019 forá em decorrência, em especial, da Orientação SOF/TSE Nº 12/2019 e da Auditoria de Gestão de Ativos, onde após inúmeras tratativas consolidou-se o entendimento de que, a depender da empresa, os serviços contratados como aquisição de licenças de softwares referem-se na prática à subscrição de sistemas ou serviços de suporte os quais, se contratados como despesas de custeio, serão tratados como despesas pagas antecipadamente, com acionamento de cronograma de realização de despesas no momento da liquidação das despesas.

Os principais serviços contratados como despesas de custeio com as características acima foram: suporte técnico, atualizações corretivas e evolutivas, subscrição de sistemas e serviços de aconselhamento técnico de pesquisa e solução unificada de gestão de vulnerabilidade em ativos de tecnologia da informação e aplicações Web compreendendo serviços de softwares e suporte técnico.

Nota 05 – Imobilizado

Conforme o MCasp o imobilizado é o item tangível que é mantido para o uso na produção ou fornecimento de bens ou serviços, ou para fins administrativos, inclusive os decorrentes de operações que transfiram para a entidade os benefícios, riscos e controle desses bens, cuja utilização se dará por mais de um período. Segregam-se em bens móveis e os bens imóveis.

Imobilizado			
Ano	31.12.2020	31.12.2019	AH
Bens Móveis	35.998.901,31	38.765.210,12	
(+) Valor bruto contábil	90.788.938,08	119.094.617,98	-23,77%
(-) Depreciação de Bens Móveis	(54.790.036,77)	(80.329.407,86)	-31,79%
Bens Imóveis	245.614.173,21	182.864.278,87	
(+) Valor bruto contábil	247.107.269,13	184.346.813,99	34,04%
(-) Depreciação de Bens Imóveis	(1.493.095,92)	(1.482.535,12)	0,71%
TOTAL	281.613.074,52	221.629.488,99	

Nota 06 - Bens Móveis

Compreendem os bens que têm existência material e que podem ser transportados por movimento próprio ou removidos por força alheia sem alteração da substância ou da destinação econômico-social.

São gerenciados pela Seção de Gestão do Patrimônio a qual efetua as apropriações das aquisições pelos seus valores originais a qual também efetua o registro mensal da depreciação dos bens móveis no sistema SIAFI com base nos cálculos, efetuados pelo sistema AsiWeb, pelo método de cotas constantes. Os valores constantes no Relatório de Movimentação de Bens são mensalmente confrontados com os



saldos das contas contábeis do SIAFI na Coordenadoria de Finanças e Contabilidade razão pela qual todas as inconsistências decorrentes de eventuais problemas de sistema ou impropriedades de registros foram solucionadas durante o ano de 2020.

Bens Móveis				
Ano	31.12.2020	31.12.2019	AV	AH
Bens de Informática	55.943.902,32	84.516.646,71	61,62%	-33,81%
Máquinas, Aparelhos, Equipamentos e Ferramentas	15.041.807,54	14.550.827,15	16,57%	3,37%
Móveis e Utensílios	8.926.463,89	8.991.302,86	9,83%	-0,72%
Veículos	4.818.814,01	4.667.554,01	5,31%	3,24%
Material Cultural, Educacional e de Comunicação	3.188.342,03	3.040.436,28	3,51%	4,86%
Demais Bens Móveis	2.869.608,29	3.327.850,97	3,16%	-13,77%
Total Bruto	90.788.938,08	119.094.617,98	100,00%	
Depreciação / Amortização Acumulada	(54.790.036,77)	(80.329.407,86)	-60,35%	-31,79%
Total Líquido	35.998.901,31	38.765.210,12		

A redução em 33,81% do valor dos bens de informática deu-se em função do cumprimento integral do Ofício-Circular GAB-DG nº179/2020, enviado pelo Tribunal Superior Eleitoral - TSE em 02/06/2020, informando os parâmetros para a atualização do valor patrimonial das urnas eletrônicas tendo em vista identificação, pelo TSE em âmbito nacional, de valores patrimoniais divergentes dos valores de referência obtidos com base no cálculo da depreciação mensal.

Para a atualização do valor patrimonial, foram informados os valores e a vida útil remanescente de cada modelo de urna eletrônica em uso cujo critério de avaliação compete à Seção de Patrimônio do TSE.

Desta forma a Seção Gestão de Patrimônio do TRE-PR adotou os valores constantes na tabela fornecida, de acordo com o mês de julho/2020 atualizando o valor patrimonial de todas as urnas eletrônicas registradas no sistema AsiWeb. Todos os procedimentos foram instruídos no processo Pad 9239/2020.

Em decorrência de questionamentos internos, referentes à transformação de bens adquiridos como despesa de capital para despesa de custeio tais como: persianas e cortinas, toldos em rolo e memórias SSD's, foram abertos Processos Administrativos Digitais para análise pormenorizada dos itens e após reuniões entre as áreas envolvidas e emissão de pareceres técnicos efetivou-se o entendimento da possibilidade de execução do pedido inicial haja vista que: persianas e toldos foram enquadrados nos critérios de durabilidade e fragilidade conforme o item 4.6.1.1 – letras a e b do Mcasp 8ª Edição, à exceção de produtos denominados como “toldos para cobertura em policarbonato” os quais permanecerão sendo adquiridos como despesa de capital por suas características não se enquadrarem nas possibilidades descritas no item 4.6.1.1 do Mcasp 8ª Edição. Para os componentes de informática tipo SSD aceitou-se o critério da incorporabilidade como includente para material de consumo. Foram baixados do sistema Asiweb, no módulo de patrimônio e transferidos para o módulo de material de consumo pelo total bruto de R\$ 599.426,76

Desta forma os itens que doravante serão adquiridos como despesa de custeio e consequentemente levados à conta de variação patrimonial diminutiva são: persianas, cortinas e similares (Pad 310/2020), Toldos laterais em rolô (Pad 386/2020) e componentes de informática tipo SSD (Pad 1399/2020).

Baixas por mudança de critério contábil	
Valores brutos	
Ano	2020
Persianas e cortinas	443.585,63
Toldos	39.609,25
SSD's	116.231,88
Total Líquido	599.426,76



O detalhamento dos valores está disponível no endereço: [Bens Móveis — Tribunal Regional Eleitoral do Paraná](#)

Nota 07 - Bens Imóveis

Compreende os bens vinculados ao terreno (solo) que não podem ser retirados sem destruição ou danos segundo a definição do MCasp.

A composição contábil total dos imóveis do TRE-PR apresenta-se da seguinte forma:

Bens Imóveis					
Ano	31.12.2020	31.12.2019	AV	AH	
Bens de Uso Especial	246.642.704,42	76.714.353,34	99,81%	221,51%	
Bens Imóveis em Andamento	6.800,00	11.781.865,34	0,00%	0,06%	
Instalações	457.764,71	413.484,20	0,19%	99,94%	
Demais Bens Imóveis		95.437.111,11			
Total Bruto	247.107.269,13	184.346.813,99	100,00%		
Deprec./Acum./Amort. Acumulada - Bens Imóveis	(1.493.095,92)	(1.482.535,12)	-0,60%	100,71%	
Total	245.614.173,21	182.864.278,87			

Na composição total dos imóveis há subdivisão que demonstrados bens que já passaram pelo processo de análise e cadastramento pela Secretaria de Patrimônio da União, a qual gerencia os bens imóveis da União através do sistema SpiuNet denominada “Bens Imóveis de Uso Especial Registrados no SpiuNet” e os bens sem o devido registro na SPU cuja denominação se faz “Bens de Uso Especial Não Registrados no SpiuNet”.

07.1) Bens Imóveis de Uso Especial Registrados no SpiuNet:

Tiveram o cadastramento inicial realizado pela Secretaria de Patrimônio da União (SPU) a qual não se aproveita do custo efetivo da construção da obra por se utilizar de parâmetros próprios de avaliação e análise de preço em seus registros. A reavaliação ou atualização dos valores destes imóveis é realizada a partir do sistema SpiuNet mediante o preenchimento de informações pela Coordenadoria de Material e Patrimônio com base nos parâmetros de mercado e do sistema.

Bens Imóveis de Uso Especial Registrados no SpiuNet					
Ano	31.12.2020	31.12.2019	AV	AH	
Edifícios	89.715.428,71	74.443.167,82	91,14%	20,52%	
Terrenos	8.723.955,03	2.271.185,52	8,86%	284,11%	
Total Bruto	98.439.383,74	76.714.353,34	100,00%		
Deprec./Acum./Amort. Acumulada - Bens Imóveis	(1.493.095,92)	(1.482.535,12)	-1,66%	0,71%	
Total	96.946.287,82	75.231.818,22			



No exercício de 2020 o Núcleo de Gestão Documental de Imóveis, vinculada à Coordenadoria de Material e Patrimônio concluiu as seguintes atividades:

- Reavaliou 12 dos 30 imóveis cadastrados pela SPU resultantes em R\$ 10.176.457,62;
- Regularizou valores cadastrados indevidamente pela SPU em Terrenos através de reclassificação para Edifícios;

Já a Secretaria de Patrimônio da União - SPU ajustou o valor do edifício do Fórum Eleitoral de Curitiba e do Terreno do Centro Logístico de Curitiba totalizando R\$ 11.548.572,78.

O conjunto das ações promovidas pela SPU e o NGDI totalizaram R\$ 21.725.030,40 os quais aumentaram o patrimônio e contribuíram para o resultado superavitário do exercício de 2020.

A depreciação dos bens imóveis registrados no SpiuNet é lançada mensalmente pela Secretaria do Patrimônio da União conforme Portaria Conjunta SPU/STN nº 703, de 10/12/14 por meio de processo de registro automático entre SPU e TRE-PR. O montante registrado à conta redutora do ativo de depreciação acumulada é de R\$ 1.493.095,92.

Ações para 2021 voltadas aos Imóveis registrados no SpiuNet:

- Os valores relativos às reavaliações dos imóveis que foram reconhecidos diretamente nos resultados patrimoniais dos exercícios anteriores, conforme procedimento facultativo previsto na 7ª edição do MCASP, serão reclassificados para conta específica de Reserva de Reavaliação para atender à previsão da Norma Brasileira de Contabilidade do Setor Público 07 -NBC TSP.
- Será efetuada solicitação de segregação de valores no SIAFI entre Edifícios e Terrenos considerando o tratamento diferenciado para os cálculos de atualização de valores e depreciação acumulada;
- Acompanhamento do processo de entrega, pela SPU, dos procedimentos referentes ao imóvel do Fórum Eleitoral de Maringá tendo em vista alterações ocorridas nos cadastros do sistema SpiuNet. O montante constante no SpiuNet é de R\$ 45.547.693,15, os quais não constam no SIAFI. Após a elaboração do termo de re-ratificação de entrega estima-se que os valores contabilizados no SIAFI estarão compatíveis com os do sistema estruturante.

Para detalhamento dos Fóruns Eleitorais cadastrados no Spiunet poderá ser acessado o link:
[Patrimônio Imobiliário — Tribunal Regional Eleitoral do Paraná](#)



07.2) Bens Imóveis de Uso Especial Não Registrados no SpiuNet:

Referem-se aos valores das construções dos Fóruns Eleitorais do Paraná cujas obras estão encerradas porém carecem de cadastro pela Secretaria de Patrimônio da União.

Imóveis Não Registrados no Spiunet					
Conta	Edifícios	Terrenos	Bens Imóveis a Classificar	Obras em Andamento	Estudos e Projetos
Saldo 31/12/2019			95.437.111,11	11.781.865,34	
Linha de vida				1.471.265,00	
Linha de vida Sede				147.385,00	
Jardim				25.207,00	
Estudo ligação prédios				6.800,00	
Imóvel Usina Fotovoltaica				400.497,09	
Estudo ligação prédios				(6.800,00)	6.800,00
Baixas para VPD				(65.818,97)	
Obras da Sede Curitiba	3.119.912,43		(3.119.912,43)		
Linha de vida Sede	147.385,00			(147.385,00)	
Linha da vida Fóruns	1.471.265,00			(1.471.265,00)	
Imóvel Usina Fotovoltaica	11.352.087,81			(11.352.087,81)	
Fórum Ribeirão Claro	745.315,65			(745.315,65)	
Eje	19.140,00			(19.140,00)	
Jardim	25.207,00			(25.207,00)	
Edifícios - Fóruns					
Doações de Terrenos		40.439.529,80			
Terrenos Curitiba		5.950.000,00	(5.950.000,00)		
Edifícios	84.933.477,99		(84.933.477,99)		
Baixas por registro SpiuNet			(1.433.720,69)		
Saldo em 31/12/2020	101.813.790,88	46.389.529,80	(0,00)	(0,00)	6.800,00

Em decorrência de sugestionamento do Tribunal de Contas da União e em cumprimento à deliberação da Secretaria de Orçamento, Finanças e Contabilidade – Secofc e Secretaria de Auditoria Interna- Secaudi do TRE-PR, conjugadas com orientações da Seção de Auditoria e Governança do TRE-PR e Setorial Contábil do Tribunal Superior Eleitoral – TSE e a Macrofunção 02.03.44, Mcasp 8ª edição e Pcasp e ainda com vistas à evidenciação patrimonial e transparência das informações, foram realizados os seguintes procedimentos:

- Núcleo de Gestão de Imóveis encaminhou ofício para 154 Prefeituras Municipais, onde se localizam os Fóruns Eleitorais, com solicitação da base para o cálculo do Imposto sobre Transmissão de Bens Intervivos – ITBI, a qual fora eleita como critério de determinação de valor dos Terrenos recebidos em doação para construção dos Fóruns Eleitorais.
- Coordenadoria de Finanças e Contabilidade efetuou o registro contábil dos Terrenos na ordem de R\$ 40.439.529,80 registrados como ajustes de exercícios anteriores não impactando o resultado do exercício de 2020.
- Coordenadoria de Finanças e Contabilidade reclassificou todos os valores constantes em conta de Imóveis a registrar e obras em andamento para conta de Edifícios. Tal procedimento não alterou ou o resultado por tratar-se de fato permutativo entre contas de Ativo.



Nota 08 – Intangível

São direitos que tenham por objeto bens incorpóreos destinados à manutenção da atividade pública ou exercidos com essa finalidade. Destaca-se por ser um ativo não monetário, sem substância física, identificável, controlado pela entidade, gerador de benefícios econômicos futuros ou potencial de serviços.

Intangível		
Conta	Vida Útil Definida	Vida Útil Indefinida
Saldo 31/12/2019		6.927.773,30
Baixa contábil por final de vida útil		(2.005.487,90)
Transferência para definida		(3.136.895,10)
Transferência de Indefinida	3.136.895,10	
Aquisições de softwares	695.900,35	
Aquisições de softwares		329.000,00
Saldo em 31/12/2020	3.832.795,45	2.114.390,30

Em decorrência da Orientação SOF/TSE Nº 12/2019 e da Auditoria de Gestão de Ativos, os bens intangíveis foram revisados em sua totalidade sendo reclassificados, baixados ou incorporados pela Seção de Gestão do Patrimônio a partir de informações prestadas pela Secretaria de Tecnologia da Informação. Desta forma cumpriu-se integralmente as exigências das NBC TSP 08 Ativo Intangível, de 22 de setembro de 2017. NBC T 16.9 Depreciação, Amortização e Exaustão (Resolução CFC 1.136, de 21 de novembro de 2008) e NBC T 16.10 Avaliação e Mensuração de Ativos e Passivos em Entidades do Setor Público (Resolução CFC n 1.137, de 21 de novembro de 2008, itens 32 a 34) International Public Sector Accounting Standard IPSAS 31 Intangible Assets.

7.1.2. Passivo

Nota 09 - Obrigações trabalhistas a pagar a curto prazo

Compreende as obrigações referentes a salários, bem como benefícios aos quais o servidor tenha direito, aposentadorias, pensões e encargos a pagar com vencimento no curto prazo.

Obrigações a Pagar				
Ano	31.12.2020	31.12.2019	AV	AH
Salários e Remunerações		338.042,04		
Acerto financeiro pensionista		16.625,40		
Pessoal a pagar (ISF P)	2.206.631,84	397.217,60	11,22%	455,52%
Férias a Pagar	17.467.712,26	12.265.985,70	88,78%	42,41%
Encargos Sociais a Pagar	242,41		0,00%	
Total Líquido	19.674.586,51	13.017.870,74	100,00%	



Os salários e remunerações e acerto financeiro de pensionistas, inscritos em restos a pagar foram pagos no decorrer do ano de 2020.

O montante de pessoal a pagar de R\$ 2.206.631,84 está reconhecido como passivo sem suporte orçamentário considerando que o fato gerador ocorreu em exercício anterior ao de 2020. Refere-se a saldo de banco de horas das eleições de 2018, licença prêmio dos servidores que já cumpriram os requisitos para aposentadoria as quais poderão ser convertidas em pecúnia.

Férias a Pagar

Os registros contábeis são efetuados mensalmente na Coordenadoria de Finanças e Contabilidade em conformidade com o estabelecido pela Macrofunção 02.11.42 – Folha de Pagamento e Orientação Cofic/Sof/TSE nº 10/18 através das informações constantes no relatório do Sistema de Gerenciamento de Recursos Humanos – SGRH, emitido pela Seção de Folha de Pagamento.

O saldo contempla o valor de uma remuneração acrescida de 1/3 de abono constitucional de todos os servidores que:

- a) não usufruíram férias de períodos aquisitivos completos;
- b) receberam o 1/3 constitucional de períodos aquisitivos completos mas não usufruíram todos os dias de férias a que tem direito;
- c) não usufruíram férias de períodos aquisitivos incompletos (Lei 8112/90);
- d) receberam o 1/3 constitucional de períodos aquisitivos incompletos (Lei 8112/90) mas não usufruíram todos os dias de férias a que tem direito.

Em decorrência das nuances acima elencadas e considerando que a alteração do cálculo ocorreu em 2018, quando da atualização da Macrofunção 02.11.42 – Folha de Pagamento, para a apuração do valor em 31/12/2020 contemplou-se os saldos acumulados do relatório do SGRH de janeiro de 2019 a dezembro de 2020 em comparação aos duodécimos apropriados mensalmente no mesmo período. Do confronto constatou-se a necessidade da desincorporação de passivo no valor de R\$ 4.585.310,32 cuja contrapartida deu-se em conta de Ajuste de Exercícios Anteriores, não afetando o resultado do exercício de 2020.

Férias a pagar apropriadas mensalmente		
Ano	2020	2019
Duodécimo acumulado de férias	18.309.055,60	18.012.374,40
Terço constitucional pago	(3.060.585,23)	(4.615.372,61)
Férias usufruídas	(4.986.285,85)	(7.423.771,01)
Saldo a pagar do ano	10.262.184,52	5.973.230,78
Saldo acumulado por apropriações	22.053.022,58	12.265.985,70
Férias a pagar valores acumulados 2020/2019		
Ano	2020/2019	
Duodécimo de férias - acumulado	36.496.079,28	
Terço constitucional pago - acumulado	(7.492.475,34)	
Férias usufruídas - acumulado	(11.535.891,68)	
Saldo a pagar do período 2020/2019	17.467.712,26	
Saldo acumulado por apropriações	22.053.022,58	
Desincorporação de passivo	(4.585.310,32)	
Saldo a pagar atualizado	17.467.712,26	



Para o ano de 2021 estão previstos estudos técnicos em conjunto entre a Coordenadoria de Finanças e Contabilidade, Seção de Gestão de Auditoria e Governança e Seção de Registros Funcionais para viabilizar a extração de dados que compreendam as características inerentes às férias de cada servidor.

Nota 10 – Demais Obrigações a Curto Prazo

Compreende valores de terceiros em função de glosas e notas fiscais entre outros.

Demais Obrigações a Curto Prazo		
Ano	2020	2019
Depósitos Retidos de Fornecedores	115.771,03	131.425,21
Cauções	2.938,62	2.938,62
Depósitos por devolução de valores	8.046,62	14.026,27
Total	126.756,27	148.390,10

Os depósitos retidos de fornecedores referem-se a glosas de notas fiscais em função de inadimplemento contratual seja pela falta de serviços ou entrega de materiais. Os valores foram inscritos em Restos a Pagar Processados e serão liberados após indicação dos gestores dos contratos.

Já os depósitos por devolução de valores referem-se a inconsistências de dados bancários de servidores removidos ou aposentados que constaram em folha de pagamento suplementar referente a pagamento de banco de horas em período eleitoral. Permanecerão registrados nesta conta até o momento em que os servidores sejam localizados e prestem as informações necessárias para novo pagamento. Observe-se que há disponibilidade financeira em rubrica própria e que não haverá pagamento com recursos orçamentários do ano de 2021.

7.1.3. Patrimônio Líquido

Nota 11 – Resultado do Exercício

Advindo da Demonstração de Variações Patrimoniais, foi obtido pela diferença entre os totais das Variações Patrimoniais Aumentativas e as Variações Patrimoniais Diminutivas. A diferença positiva de R\$ 13.347.643,11 deu-se em função especialmente das reavaliações de urnas eletrônicas e imóveis cadastrados no SpiuNet. Por integrar o Patrimônio Líquido não se caracteriza como “sobra de caixa”.

Nota 12 - Ajustes de Exercícios Anteriores

Representam valores registrados no grupo do Patrimônio Líquido cujos fatos geradores ocorreram em anos anteriores ou em decorrência de mudança de critério contábil ou atendimento à convergência das normas contábeis.

Abaixo composição da movimentação, separadas por registros:

- inerentes à execução orçamentária: valores inscritos formalmente em dívida, reconhecidos como “passivo anterior”, classificados como Despesas de Exercícios Anteriores cujos valores representaram saída de recursos vez que ocorreu a emissão dos empenhos, a liquidação por documentos hábeis e pagamento efetivo.



Ajustes de Exercícios Anteriores		
Item movimentado	Diminuição	Aumento
Passivo anterior - execução orçamentária		
Pessoal	(3.628.414,54)	
Serviços	(38.923,12)	
Indenização	(3.455,00)	
Diárias	(2.911,33)	
Taxas	(399,97)	
Cancelamentos	(62.411,62)	66.261,18
Total de execução orçamentária	(3.736.515,58)	66.261,18
Procedimentos contábeis		
Usina - serviços agregados à obra - Saud		92.291,55
Baixa Patrimônio para Consumo - Mudança de critérios contábeis	(1.118.711,78)	922.793,97
Softwares vida útil encerrada - atendimento Orientação TSE + Saud	(1.391.480,12)	
Reconhecimento Amortização Acumulada - atendimento Orientação TSE + Saud	(2.235.458,82)	
Incorporação de Ativos - Terrenos - Saud		40.439.529,80
Incorporação de Passivo - Licença prêmio - Saud	(477.628,71)	
Desincorporação de passivo - Férias - encerramento exercício		4.585.310,32
Depreciação - Ajuste SPU		45.788,46
Total de procedimentos contábeis	(5223.279,43)	46.085.714,10
Total de execução + contábeis	(8.959.795,01)	46.151.975,28
Saldo dos Ajustes de Exercícios Anteriores efetuados em 2020		37.192.180,27
Saldo de Exercícios Anteriores - 31/12/2019	(255.778,60)	
Saldo do Exercício Atual - 31/12/2020		37.192.180,27

- Inerentes a procedimentos contábeis: em consequência da Orientação SOF/TSE Nº 12/2019, da Auditoria de Gestão de Ativos, da Auditoria Financeira Integrada com a Contabilidade, da IN 84/2020 TCU, e demais programas de auditoria, registraram-se valores diretamente à conta de Ajustes de Exercícios Anteriores decorrentes de mudanças de critério contábil para elementos de patrimônio, retificação de erro imputável a anos anteriores que não puderam ser atribuídos a fatos subseqüentes. Representa aumento ou diminuição de bens e obrigações a depender da operação realizada. A incorporação dos Terrenos recebidos em doação das Prefeituras onde se localizam os Fóruns Eleitorais fora o elemento relevante para o aumento substancial do saldo contábil em 2020 por conta de seus R\$ 40.439.529,80 .



7.2. DEMONSTRAÇÃO DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS

Evidencia as alterações verificadas no patrimônio, resultantes ou independentes da execução orçamentária, e indica o resultado patrimonial do exercício apurado pelo confronto entre as variações patrimoniais quantitativas aumentativas e diminutivas. O valor apurado passa a compor o saldo patrimonial do Balanço Patrimonial (BP) do exercício.

7.2.1. Variações Patrimoniais Aumentativas

Nota 13 – Outras Transferências e Delegações Recebidas

Outras Transferências e Delegações Recebidas				
Ano	2020	2019	AV	AH
Doações	2.125.556,67	75.010,64	15,39%	2733,67%
Transferências Recebidas	11.683.313,33	186.944,04	84,61%	6149,63%
Total	13.808.870,00	261.954,68	100,00%	5171,47%

As doações recebidas, excepcionalmente no ano de 2020 em decorrência da Pandemia Covid19, destinaram-se a auxiliar na segurança sanitária do processo eleitoral da eleições municipais. Foram recebidos itens como: máscaras descartáveis, máscaras tipo faceshield, álcool em gel 70% entre outros, num total de R\$ 2.009.830,29, distribuídos entre os Fóruns Eleitorais e Sede Administrativa, para utilização de todos os que participaram da preparação do processo eleitoral e/ou nos dias de pleitos. Foram consumidos 98,64% das doações e os 1,36% restantes foram revertidos para utilização interna.

As transferências recebidas em 2020 referem-se ao ajuste de valor efetuado pela Secretaria de Patrimônio da União - SPU relativo ao imóvel do Fórum Eleitoral de Curitiba cujo montante aumentou o valor do patrimônio de imóveis do Tribunal e contribuiu para a formação do resultado patrimonial do exercício.

Nota 14 - Reavaliação de Ativos

Outras Transferências e Delegações Recebidas				
Ano	2020	2019	AV	AH
Reavaliação de Urnas Eletrônicas	3.098.744,15		22,40%	
Reavaliação de imóveis	10.736.457,62	24.583.636,00	77,60%	-56,33%
Total	13.835.201,77	24.583.636,00	100,00%	

A reavaliação das urnas eletrônicas ocorreu em função do atendimento do Ofício-Circular GAB-DG nº179/2020, enviado pelo Tribunal Superior Eleitoral - TSE em 02/06/2020, informando os parâmetros para a atualização dos valores unitários tendo em vista identificação, pelo TSE em âmbito nacional, de divergências entre bases de cálculo da depreciação mensal. O resultado da reavaliação teve efeito positivo no resultado do exercício.

Da mesma forma a reavaliação de 12 imóveis, dos 30 cadastrados pela SPU, teve efeito positivo no resultado do exercício.

Contudo no ano de 2021 o valor total de R\$ 13.835.201,77 será reclassificado para conta específica de Reserva de Reavaliação para atender à previsão da Norma Brasileira de Contabilidade do Setor Público 07 -NBC TSP e MCasp – Parte II – 8ª Edição.



Nota 15 - Ganhos com incorporação de Ativos

Ganhos com incorporação de Ativos				
Ano	2020	2019	AV	AH
Transferência de materiais	608.928,44		82,44%	100,00%
Incorporação de Ativo Imobilizado	127.716,66	103.681,02	17,29%	23,18%
Total	738.665,10	103.681,02	100,00%	612,44%

Foram transferidos pelo TSE laces e envelopes para urnas eletrônicas e manuais destinados à eleição 2020 e incorporados ao patrimônio itens como caixas acústicas, celular, tablets, projetores de mídia, entre outros, oriundos de doações efetuadas pela Receita Federal do Brasil.

Nota 16 – Diversas Variações Patrimoniais Aumentativas

Diversas Variações Patrimoniais Aumentativas				
Ano	2020	2019	AV	AH
Multas Administrativas	2.019.800,59	3.859.413,53	44,35%	-47,67%
Restituições	309.495,38	175.324,52	6,80%	76,53%
Diversos	2.224.866,22	280.452,66	48,85%	693,31%
Total	4.554.162,19	4.315.190,71	100,00%	5,54%

As multas administrativas referem-se a valores arrecadados advindos das multas impostas pelo código eleitoral e leis conexas. Não representam entrada de numerário por apenas transitarem pela Unidade Gestora visando controle dos recolhimentos nos autos dos processos. Todo o recurso advindo das multas eleitorais é transferido para o Fundo Partidário.

As restituições referem-se a valores descontados em folha de pagamento os quais foram recolhidos ao Tesouro Nacional por se reportarem a exercícios anteriores.

Do total dos valores recolhidos com código de fatos geradores, R\$ 640.743,02 referem-se a resarcimento pela Companhia Paranaense de Energia Elétrica - Copel relativos ao Programa de Eficiência Energética – Termo de Cooperação Técnica 4600013922/2017. Os R\$ 1.584.123,20 dizem respeito a multas eleitorais também recolhidas para o Fundo Partidário.

7.2.2. Variações Patrimoniais Diminutivas

Nota 17 – Remuneração de Pessoal

Remuneração a Pessoal				
Ano	2020	2019	AV	AH
Vencimentos e salários	66.926.736,00	52.105.315,21	23,91%	28,45%
Contribuição patronal para o rpps - intra	37.673.930,94	31.125.437,08	13,46%	21,04%
Férias - rpps	34.544.641,33	33.334.099,52	12,34%	3,63%
Gratificações	129.290.577,38	124.774.474,77	46,18%	3,62%
Benefícios a pessoal	11.508.430,75	11.285.016,48	4,11%	1,98%
Total	279.944.316,40	252.624.343,06	100,00%	

O aumento dos 28,45% nos vencimentos e salários deu-se em função da posse de novos servidores, pagamento das horas laboradas em períodos além do expediente normal para cumprir todos os procedimentos relacionados ao processo eleitoral das eleições de 2020.



Nota 18 – Uso de Material de Consumo

O aumento de 185,57% no consumo de materiais ocorreu em função do pleito eleitoral de 2020, como também a da Pandemia Covid19 a qual exigiu novas medidas de segurança sanitária. Prova disto foram as adaptações e cuidados necessários, de modo a garantir a segurança dos Juízes Eleitorais, autoridades, servidores e colaboradores na volta ao trabalho presencial, previamente às eleições, bem como aos eleitores no dia do pleito. Para tanto, foram providenciadas adequações nos Fóruns Eleitorais como: aquisição de pedestais de álcool gel, limpeza e a sanitização de ambientes, separação e distribuição, aos Fóruns Eleitorais do interior, de materiais prevenção à COVID-10 (álcool gel, álcool líquido, máscara e face shield), bem como cartazes informativos para todos os locais de votação. As entregas ocorreram entre 21/09/2020 e 16/10/2020, estimando-se o total de 33.000 km rodados e um gasto com combustível de aproximadamente R\$ 35.000,00, como também um gasto estimado de R\$ 9.000,00 com correios para o envio de máscaras e álcool.

Ao todo foram apropriados como material de consumo R\$ 5.226.695,58 sendo que R\$ 1.982.418,79 vinculam-se às doações recebidas (vide nota 03).

Nota 19 – Serviços

O aumento de 34,91% na prestação total de serviços, comparados ao ano de 2019, é reflexo diretos dos procedimentos para realização das eleições municipais de 2020.

Serviços	Ano	2020	2019	AV	AH
Serviços de apoio adm, técnico e operacional		28.374.096,11	20.760.523,40	53,54%	36,67%
Serviços técnicos profissionais		9.618.782,26	6.533.481,63	18,15%	47,22%
Serviços comunicação, gráfico e audiovisual		2.683.217,64	2.305.442,67	5,06%	16,39%
Serv. de apoio de pessoas físicas -pf		4.808.860,00	1.340,29	9,07%	358692,50%
Serviços educacionais e culturais - pj		3.464.467,73	3.214.947,40	6,54%	7,76%
Serv.agua e esgoto, ener. eletr.,gas e outr.-pj		1.809.840,43	2.994.223,97	3,41%	-39,56%
Diárias		828.899,30	1.883.877,36	1,56%	-56,00%
Locação e arrendamento mercantil operacional		374.002,32	250.090,95	0,71%	49,55%
Serv.transp. passagem, locomoção e hosped. -pj		287.278,48	806.285,03	0,54%	-64,37%
Serviços educacionais e culturais - pf		269.809,05	123.559,16	0,51%	118,36%
Seguros em geral		202.463,79	122.163,94	0,38%	65,73%
Serviços administrativos - pj		120.623,73	108.672,00	0,23%	11,00%
Demais serviços		157.910,21	180.201,41	0,30%	-12,37%
		53.000.251,05	39.284.809,21	100,00%	34,91%

Observa-se que os serviços de apoio técnico e operacional, os serviços técnicos profissionais e os serviços de comunicação, foram os maiores demandantes em execução orçamentária haja vista a meta de entregar à sociedade a realização de eleições dentro dos protocolos de segurança sanitária, garantindo o exercício da cidadania e a supremacia da soberania popular.

Ainda voltados para as eleições municipais houve dispêndio de R\$ 4.808.860,00 destinados ao pagamento de auxílio alimentação a mesários, policiais e equipe de colaboradores nos Fóruns Eleitorais e nos locais de votação. Com a implementação de nova tecnologia de pagamento, por meio de Aplicativo do Banco do Brasil denominado “Carteira Digital BB”, os beneficiários receberam individualmente R\$ 40,00 através de seus smartphones. Para aqueles que não possuíam recurso tecnológico, quer seja de aparelho ou acesso a internet, o auxílio alimentação fora entregue em espécie por servidor da Justiça Eleitoral ou por ela nomeado.

Já os decréscimos apresentados em 2020, comparados a 2019, refletem a adoção do trabalho remoto em virtude da pandemia Covid-19.



Nota 20 –Descontos Financeiros Concedidos

O total de R\$ 55.564,95 referem-se a descontos concedidos a eleitores no ato dos recolhimentos das multas eleitorais. Não ocorrerá saída de recurso financeiro pois os valores das multas eleitorais são destinadas ao Fundo Partidário.

Nota 21 – Transferências Intragovernamentais

O total de R\$ 4.534.599,85 não se caracterizam como saídas de recursos, pois representam o envio ao Fundo Partidário dos valores arrecadados advindos das multas impostas pelo código eleitoral e leis conexas (Vide nota 16).

Nota 22 – Reavaliação, Redução a Valor Recuperável e Ajustes p/ Perdas

Refere-se a procedimento contábil no valor de R\$ 560.000,00 realizado pelo Núcleo de Gestão de Imóveis, para adequação de saldos entre Siafi e SpiuNet, alusivo ao Fórum Eleitoral de Cambé.

Nota 23 – Desincorporação de Ativos

Reportam-se aos procedimentos contábeis específicos para adequação de saldos em função do cadastramento na Secretaria do Patrimônio da União dos Fóruns Eleitorais de Campo Mourão, Jaguariaíva, Goioère e Rolândia os quais diminuíram o resultado do exercício em R\$ 1.680.746,95.

Nota 24 – Demais Variações Diminutivas

No que diz respeito aos R\$ 321.544,56 de diminuição do resultado, R\$ 270.607,40 associam-se a ressarcimento aos servidores e seus dependentes de diferenças oriundas de plano de saúde no total. Os demais R\$ 50.937,16 concerne a resarcimentos diversos.

Nota 25 – Resultado Patrimonial do período

Obtido pela diferença entre os totais das Variações Patrimoniais Aumentativas e as Variações Patrimoniais Diminutivas. A diferença positiva de R\$ 13.347.643,11 deu-se em função especialmente das reavaliações de urnas eletrônicas e imóveis cadastrados no SpiuNet. Este valor integra o Patrimônio Líquido no Balanço Patrimonial e não se caracteriza como “Caixa ou Equivalente de caixa”.



8. OUTRAS INFORMAÇÕES RELEVANTES

A partir do exercício de 2021 serão adquiridos como despesa de custeio e consequentemente levados à conta de variação patrimonial as persianas, cortinas e similares, os toldos, desde que em tecido rolê e componentes de informática tipo SSD (Pad 1399/2020).

Poderá ocorrer no ano de 2021 nova revisão dos valores unitários das urnas eletrônicas momento em que deverá ser saneada a inconsistência de percentual de depreciação constatada durante o processo da auditoria financeira integrada, onde se observou que urnas eletrônicas, por estarem cadastradas no sistema patrimonial, como bens de equipamentos de processamento de dados, foram depreciadas em 05 anos (à exceção das urnas modelo 2009) e não em 10 anos como padronizado pelo TSE. O valor pertinente à diferença de depreciação acumulada até o exercício de 2020, considerando o novo valor residual atribuído às urnas eletrônicas e aquele estabelecido originalmente, foi calculado pela Seção de Auditoria de Governança em R\$ 650.003,02, cujo critério para determinação do valor da depreciação mensal, foram os valores contidos no Ofício-Circular GAB-DG nº 179/2020, encaminhado pelo TSE, bem como os registros contidos no sistema Asiweb.

Os valores dos terrenos poderão sofrer alteração no momento em que a Secretaria do Patrimônio da União promover o cadastramento dos imóveis no sistema SipuNet. Não há estimativa de valor em decorrência da impossibilidade de prever o momento certo, em que a SPU efetuará os registros em seu sistema.

Deverá ocorrer em 2021 a solicitação da segregação de valores entre terrenos e benfeitorias, no SIAFI, pertinentes aos imóveis já registrados no SPIUNET para o atendimento do contido no MCASP 8ª edição atualizada - p.179, onde determina que terrenos e edifícios são ativos separáveis e devem ser contabilizados separadamente, mesmo quando sejam adquiridos conjuntamente. Não haverá alteração do valor patrimonial por se tratar de fato permutativo entre contas de Ativo Não Circulante.

Os valores relativos às reavaliações dos imóveis que foram reconhecidos diretamente nos resultados patrimoniais dos exercícios, conforme procedimento facultativo previsto na 7ª edição do MCASP, serão reclassificados para conta específica de Reserva de Reavaliação para atender à previsão da Norma Brasileira de Contabilidade do Setor Público 07 -NBC TSP. O saldo da conta Reserva de Reavaliação será aproveitado nos exercícios em que ocorrer déficit evidenciado na Demonstração de Variações Patrimoniais.

Não estão registrados em contas patrimoniais o montante de R\$ 1.015.844,09, decorrente da Resolução TRE/PR nº 644/2013, que dispõe sobre a concessão de licença-prêmio no âmbito da Justiça Eleitoral no Paraná, referente ao passivo contingente a pagar aos servidores que possuem direito adquirido à licença-prêmio, todavia, não cumpriram todos os requisitos para aposentadoria e, por esse motivo poderão vir a receber o valor em pecúnia, conforme cálculos efetuados pela Seção de Folha de Pagamento (doc. nº 298.561/2020). Segundo o MCASP 8ª atualizada (p.257), trata-se de um passivo contingente cuja definição entende-se por uma “obrigação possível resultante de eventos passados e cuja existência será confirmada apenas pela ocorrência ou não de um ou mais eventos futuros incertos que não estão totalmente sob o controle da entidade”. A macrofunção SIAFI 020336 (provisões, passivos contingentes e ativos contingentes) evidencia que “sempre que a existência de uma obrigação presente precise ser confirmada



pela ocorrência de eventos futuros incertos e não totalmente sob controle da entidade, deve ser evidenciada a existência de um passivo contingente". Estabelece, ainda, que "nenhum lançamento deve ser realizado em contas patrimoniais, apenas deve haver evidenciação da existência desses passivos contingentes em notas explicativas e registro em contas de controle".

Não foram efetivados os registros contábeis relativos aos créditos de energia elétrica gerados pela Usina Fotovoltaica. A STN enviara orientações no mês de setembro, contudo no momento da apropriação das faturas o sistema SIAFI emitira mensagem de inconsistência. Para tanto, as faturas foram liquidadas, desconsiderando os valores dos créditos, que para 2020 foi de R\$ 1.195.205,99. Desta forma os valores lançados à conta de variação patrimonial diminutiva estão pelo valor líquido da despesa com energia elétrica.